

## EDITORIAL

### SINAIS CONTRADITÓRIOS

Neste ano de 2006, ano eleitoral, ao redor de nós o que se captam são sinais contraditórios: política macroeconômica restritiva, de corte neoliberal inequívoco, mas com programas sociais relativamente amplos (ainda que de natureza compensatória). De um lado, a sensação de vazio, desencanto, apatia e nulidade. Não se percebe a existência de um projeto político nacional (seja à esquerda, seja à direita), muito menos perspectivas de integração no continente latino-americano, onde pelo menos se descortinam alguns cenários de uma aliança anti-neoliberal (Cuba-Venezuela-Bolívia).

De outro, a sustentação política do governo Lula, mesmo depois (e durante) de uma violenta campanha midiática, comparável apenas àquela do tempo de Collor. Uma parte dessa legitimidade pode ser explicada pelos Programas Sociais (sobretudo o Bolsa-Família), pela adoção de critérios menos imprecisos de concessão dos mesmos e pela sua própria abrangência (nove milhões de famílias já atendidas, onze milhões previstas até o final do ano). Mas há que acrescentar outros fatores: o ideário popular do trabalhador nordestino que chegou ao poder (*“ele é um dos nossos!”*) e as demais realizações concretas do governo, como o reajuste do salário mínimo, o retorno dos concursos públicos, as políticas de cota (que abriram espaço para segmentos antes excluídos etc.). Descendo a um campo específico de atuação, reconhecemos que a Reforma Agrária é uma falácia, pois se trata de mera regularização fundiária, com os ganhos daí decorrentes (crédito rural, crédito habitação etc.). Por outro lado, os próprios pequenos agricultores lembram que nos governos anteriores, igualmente corruptos, não sobrava nada lá pra baixo. Agora pelo menos chegam algumas compensações...

Como nos posicionarmos diante de sinais tão ambíguos? O que tem significado esta primeira experiência de governo de um partido dos trabalhadores? Qual a importância real de mais uma disputa eleitoral para a vida concreta da maioria da população brasileira? Quais as perspectivas que se colocam para um possível segundo mandato do Partido dos Trabalhadores (PT)? Maior independência financeira, decorrente da política de “limpeza” da dívida pública remanescente do tempo da moratória e de novo patamar de negociação com os credores internacionais? O partido certamente insistirá que o primeiro mandato limpou o terreno, semeou para colher os frutos mais tarde, que a inflação está contida e os programas sociais começam a surtir efeito, pelo menos nos indicadores sociais... Assim, quem confere ao PT o “voto de confiança” para um segundo momento pode não ser a porção mais crítica da população mas seguramente não é a mais alienada (quem sabe até pode ser chamada de mais racional e pragmática).

No entanto, como compatibilizar isso com os lucros históricos fabulosos auferidos pelos bancos nos últimos três anos? Bradesco com 4,5 bilhões, Itaú com 4,2 bilhões, Banco do Brasil com 2 bilhões... Ou, o que é pior, o explícito privilégio ao capital internacional, como ficou patente na isenção de impostos

concedida à aquisição de títulos da dívida pública por parte deste (será que isso tem relação com o aumento da participação dos bancos nos fundos de campanha do PT, já na casa de 60% do total, superando doadores clássicos, como empreiteiras de construção civil e empresas de lixo?). Estes, sim, são sinais bastante claros dos rumos do projeto político atualmente hegemônico: consolidação do grande capital financeiro internacional e não-redistribuição de riqueza.

Num editorial publicado há dois anos atrás, no contexto das últimas eleições nacionais (cf. edição 212, de julho-agosto de 2004), partíamos de perguntas cruciais (e incômodas) em torno do processo eleitoral: *a urna decide o quê? ou nada decide? quem decide por ela? e como e quando?* Ao invés de responder pura e simplesmente, como preferem muitos, que “*a urna parou de decidir*”, recolocávamos a questão de outra maneira: *que urna pode decidir melhor?* Diante dos escândalos vivenciados desde então no sistema representativo brasileiro, vale ainda a pena apostar em alternativas partidárias numa estrutura em que parece sobreviver apenas quem concede que sua prática política seja permeada por conexões espúrias?

De onde virá o novo? Dos movimentos bolivarianos? Dos povos indígenas do continente? Das organizações de pequenos agricultores? Dos jovens aquilombados das periferias urbanas? Ninguém duvida que os movimentos sociais brasileiros estão repletos de contradições e debilidades, engatinhando ainda na construção de uma agenda de lutas conjuntas, sobretudo no âmbito latino-americano. De qualquer modo, não é verdade que nossos movimentos nunca se articulam: vide a atuação da Via Campesina no Fórum de Reforma Agrária recém ocorrido, bem como as mobilizações conjuntas entre movimentos rurais e urbanos, na Bahia e no resto do Brasil, que vêm sendo deflagradas nos últimos anos, com ênfase em ações diretas realizadas nos meses de abril. A pergunta decisiva que se coloca é: terão estes movimentos sociais alguma condição de disputar o segundo tempo deste jogo com chances reais de influenciar na tática da partida, no resultado final? Não sabemos. Na dúvida, fiquemos com a poesia do incansável poeta uruguaio Mario Benedetti, que não perde a esperança na força do novo que nunca cessa:

*O que resta aos jovens para provar  
Neste mundo de paciência e asco?  
Apenas grafiti? rock? ceticismo?  
Que lhes restará  
Neste mundo de consumo e fumo?  
Cocaína? Cerveja? Farras bravas?  
Também lhes cabe não dizer amém  
Não deixar que lhes matem o amor  
Recuperar a voz e a utopia  
Ser jovens sem pressa e com memória  
Situarse numa história que é a sua  
Não converter-se em velhos prematuros*

